

Haroldo Hollanda *ANC*

Grupo quer tirar cargo de Ulysses

O grupo político que contribuiu de forma decisiva para a eleição do senador Mário Covas, como líder do PMDB na Constituinte, permanece mobilizado no propósito, agora, de forçar o deputado Ulysses Guimarães a se licenciar da presidência do partido. Se tudo sair de acordo com o figurino, o senador Afonso Camargo Neto, como terceiro vice-presidente, assumiria a presidência interina do PMDB, uma vez que o primeiro e o segundo vice-presidentes, governadores Pedro Simon e Miguel Arraes, irão se licenciar. Mas, o deputado paulista Fernando Gasparian não acredita que a articulação se concretize, pois representaria, no seu entender, um ato de humilhação a Ulysses. Ele acha que o próprio Covas reprovará os que tentam tirar Ulysses da presidência do PMDB, no embalo do movimento que o elevou à liderança do partido na Constituinte.

A intenção que anima Afonso Camargo Neto e o grupo que o segue, segundo alegam, é o de fazer com que o PMDB saia do estado de inércia em que se encontra para se transformar num instrumento de ação política dinâmica, capaz não só de dar sustentação ao governo, mas de cobrar-lhe providências. O acúmulo de múltiplas funções por parte de Ulysses é uma das principais razões apresentadas para justificar o pedido de licença. Há quem pergunte se por trás de tudo isso não há alguma manobra relacionada com a futura sucessão presidencial.

No entanto, adverte o calejado líder do PMDB que os adversários de Ulysses não devem subestimá-lo. Afinal de contas, ele é detentor ainda no partido de grande poder de fogo e de reação, em virtude do seu prestígio e do seu passado histórico. É verdade que acaba de sofrer o primeiro revés político de sua história mais recente, com a derrota de Luiz Henrique como candidato a líder do PMDB na Constituinte, onde pretendia continuar a exercer o papel imperial por ele desempenhado, desde quando se transformou numa das figuras decisivas da cena política brasileira.

Há ainda outro complicador: o deputado Milton Reis, secretário-geral do PMDB, alega que nos termos de decisão anterior tomada pela Justiça Eleitoral, os governadores Pedro Simon e Miguel Arraes não podem se licenciar simplesmente da Executiva Nacional do PMDB. A licença só caberia se os dois exercessem função de ministro de Estado ou equivalente, demissível *ad nutum*. No caso presente, sendo governadores, com mandato a cumprir que extrapola na sua direção ao de membros da Executiva, seriam obrigados a renunciar.

Líder sem grupos

O deputado paulista Del Bosco Amaral escreveu carta ontem ao senador Mário Covas, líder do PMDB, protestando a respeito de notícias publicadas na imprensa, segundo as quais o deputado Miro Teixeira continua normalmente a influir na formação das comissões da Constituinte. Advertiu que se Covas levasse em conta critérios anteriormente adotados para a constituição das comissões, o PMDB correrá o risco de sofrer novas e graves crises de divisão interna, como a que fracionou a bancada na frustrada tentativa de votação do Regimento Interno da Constituinte.

O deputado Del Bosco Amaral se inclui entre os que lideraram no PMDB a campanha para tornar vitoriosa a candidatura de Covas à líder. O deputado Miro Teixeira, de acordo com sua argumentação, ficou do lado contrário, formando entre os mais destacados colaboradores políticos do grupo que assessorava o líder Luiz Henrique.

O deputado paranaense Hélio Duque, que torceu e contribuiu para a vitória de Covas, afirma que o novo líder vai governar com toda a bancada, sem dar preferência a qualquer dos grupos ou correntes que ali atuam. Duque era um dos que discorria dos termos da orientação imprimida por Luiz Henrique à liderança, acusando-o, segundo sua expressão, de obedecer exclusivamente a um "grupo ideológico".

Advertência

O presidente José Sarney já foi advertido para não colocar em funções federais alguns dos colaboradores políticos mais íntimos, em São Paulo, do deputado Serra José, ex-secretário do Planejamento daquele estado. Alega-se que o governador Orestes Quércia não perdoa os gestos de hostilidade e discriminação política que ele e seu grupo sofreram por parte de José Serra, ao tempo em que detinha todo poder em São Paulo.

PMDB e governo

Todos os integrantes da bancada do PMDB que estão sendo chamados a conversar com o deputado Carlos Santana, líder do governo na Câmara, apresentam suas reivindicações políticas a serem apreciadas pelo Palácio do Planalto. Na esmagadora maioria dos casos estão sendo atendidos ou em vias de sê-lo. Os deputados do PMDB assinam documento, a ser guardado nos arquivos secretos do líder, onde se comprometem a apoiar o governo, inclusive no tocante ao problema da duração do mandato do presidente Sarney.

Levam os empregos que querem, mas deixam na porta, antes da saída, o juramento de que o compromisso da lealdade ao governo não será quebrado. A esperança é que daqui para a frente os parlamentares do PMDB deixem de revelar espírito de dúvida e indecisão na hora de votar com o governo. A advertência é feita também aos que possuem convicções ideológicas. O aviso está de pé: quem for dúbio, perde os empregos. É a chamada lei do cão.

Sem veto

O deputado mineiro Israel Pinheiro Filho, do PMDB, informou ontem ao senador Mário Covas não existir da parte da bancada mineira do seu partido qualquer tipo de veto a que o deputado Pimenta da Veiga seja indicado para função de relator-geral da Comissão de Sistematização da Constituinte. As possíveis restrições a Pimenta nasceram em virtude da atitude por ele assumida na última sucessão governamental mineira, quando discordou publicamente da então candidatura de Newton Cardoso a governador. No correr das últimas semanas, Pimenta vem tentando aparar as arestas que o separavam do grupo político do PMDB ligado a Newton Cardoso.